

# **Gebbras Participações Ltda.**

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e  
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e Diretores da  
Gebbras Participações Ltda.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Gebbras Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gebbras Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, a Empresa apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 107.208 mil (R\$ 97.206 mil em 2016), causados pelo empréstimo de curto prazo devido a EEB Peru Holding Ltd. A administração vem negociando a repactuação do referido empréstimo e avalia que, por se tratar de parte relacionada, terá êxito na referida negociação. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016*

Os valores relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referentes ao balanço patrimonial e às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentados para fins de comparação, foram, examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de fevereiro de 2017, sem ressalvas e incluindo parágrafo de ênfase referente a repactuação da dívida com a EEB Peru Holdings Ltd.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluído que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

## Gebbras Participações Ltda.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016	Passivo	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.687	33.416	Fornecedores	11	-	-
Outras contas a receber	5	1.333	4.000	Obrigações trabalhistas	212	112	112
Tributos a recuperar		426	213	Obrigações tributárias	412	295	295
Dividendos propostos a receber	6.c	38.828	39.124	Outras contas a pagar	7	6	6
				Mútuo com partes relacionadas	7.a	176.506	173.546
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>70.274</b>	<b>76.753</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>177.148</b>	<b>173.959</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Cauções e depósitos	10		10	Mútuo com partes relacionadas	7.a	179.724	179.724
Investimentos	6.a	743.566	709.758	Obrigações tributárias		865	865
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>180.589</b>	<b>180.589</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>743.576</b>	<b>709.768</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	10.a	190.200	190.200
				Reserva de lucros	10.b	265.913	241.773
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>456.113</b>	<b>431.973</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>813.850</b>	<b>786.521</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>813.850</b>	<b>786.521</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gebbras Participações Ltda.

## Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

*(Em milhares de Reais, excerto resultado por quota)*

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
Equivalência patrimonial	6.b	47.027	(20.050)
Outras receitas		<u>691</u>	<u>98.294</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>47.718</u></b>	<b><u>78.244</u></b>
<b>Despesas administrativas</b>			
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(2.249)</u>	<u>(1.531)</u>
<b>Total das despesas administrativas</b>		<b><u>(2.249)</u></b>	<b><u>(1.531)</u></b>
Receitas financeiras		21.723	66.303
Despesas financeiras		<u>(43.052)</u>	<u>(51.127)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	11	<b><u>(21.329)</u></b>	<b><u>15.176</u></b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b><u><u>24.140</u></u></b>	<b><u><u>91.889</u></u></b>
<b>Resultado por quota - em reais</b>		<b>0,127</b>	<b>0,483</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Gebbras Participações Ltda.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

*(Em milhares de Reais)*

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Resultado dos exercícios</b>	24.140	91.889
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente dos exercícios</b>	<u><b>24.140</b></u>	<u><b>91.889</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gebbras Participações Ltda.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<u>190.200</u>	<u>149.884</u>	<u>-</u>	<u>340.084</u>
Resultado do período		-	-	91.889	91.889
Destinação do lucro líquido:					
Reserva de retenção de lucros		-	91.889	(91.889)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<u>190.200</u>	<u>241.773</u>	<u>-</u>	<u>431.973</u>
Resultado dos exercícios		-	-	24.140	24.140
Destinação do lucro líquido:					
Reserva de retenção de lucros		-	24.140	(24.140)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	10.a	<u>190.200</u>	<u>265.913</u>	<u>-</u>	<u>456.113</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Gebbras Participações Ltda.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>			
Resultado dos exercícios		24.140	91.889
Ajustes em:			
Juros sobre mútuos	11	20.098	18.655
Variação cambial passiva sobre mútuos	11	21.383	29.070
Variação cambial ativa sobre mútuos	11	(18.915)	(63.292)
Equivalência patrimonial	6.b	(47.027)	20.050
Provisão de indenizações	5	-	(4.000)
Impostos diferidos	9	-	(94.294)
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Aplicações financeiras		-	10.014
Tributos a recuperar		(213)	(213)
Cauções e depósitos		-	(10)
Outras contas a receber	5	2.667	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		11	(118)
Obrigações tributárias		117	33
Obrigações trabalhistas		100	112
Outras contas a pagar		1	3
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>2.362</b>	<b>7.899</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos	6.b	13.515	19.423
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>13.515</b>	<b>19.423</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionadas		(19.606)	(18.553)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(19.606)</b>	<b>(18.553)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.729)</b>	<b>8.769</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	33.416	24.647
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	29.687	33.416
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.729)</b>	<b>8.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

#### **1.1 Contexto operacional**

A Gebbras Participações Ltda. (“Gebbras” ou “Empresa”), é uma sociedade limitada com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, criada em 13 de abril de 2015 e controlada pela Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P., com sede na Colômbia. Tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

Em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. (“TER”), Transenergia São Paulo S.A. (“TSP”), Goiás Transmissão S.A. (“GOT”) e MGE Transmissão S.A. (“MGE”).

A Administração entende que possui controle conjunto evidenciado pelo acordo de acionistas e por sua representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas, bem como na participação nos processos de elaboração de políticas administrativas/financeiras e aprovações de orçamentos, mas não tem o controle total e, portanto, não consolida as demonstrações financeiras das transmissoras.

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da Empresa está excedendo o ativo circulante em R\$ 107.208, basicamente decorrente do empréstimo com a EEB Peru Holdings Ltd. (Empresa do Grupo Energia de Bogotá S.A.). A administração entende que os acionistas irão prorrogar o pagamento do empréstimo, além de prover os recursos necessários para a continuidade das operações no Brasil.

#### **1.2 Mudança de participação societária**

Em 20 de julho de 2016, o sócio Eduardo Soares cedeu e transferiu, a título oneroso, 1 (uma) quota de que é titular para o sócio ingressante Marcos Diez.

### **2 Base de preparação das demonstrações financeiras**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2017, avaliamos a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Além do fato do Capital Circulante Líquido – CCL negativo, para o qual entendemos que haverá prorrogação no vencimento por parte do credor que é parte relacionada da Empresa, não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa em continuar operando.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**e. Data de aprovação das demonstrações financeiras**

A aprovação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 16 de fevereiro de 2018.

### **3 Principais práticas contábeis**

**a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

**c. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, instrumentos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa apresentou somente instrumentos classificados como empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendiam o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa”, “Outras contas a receber” e “Dividendos propostos a receber”.

**(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa apresentou somente instrumentos classificados como outros passivos financeiros.

*Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam “Outras contas a pagar” e “Fornecedores”.

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e o custo de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 2017 e 2016, a Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos.

**d. Redução ao valor recuperável de ativos**

A cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Empresa não identificou perda por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecida nos exercícios apresentados.

**e. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

**f. Investimentos**

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das informações financeiras da investidora. Esses investimentos compreendem empreendimentos controlados em conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da investidora pelo custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas investidas.

A participação societária nas investidas é apresentada na demonstração do resultado da investidora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidoras.

As informações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Empresa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa e suas investidas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa e suas investidas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa.

**g. Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

**h. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo.

**i. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros com aplicações financeiras e variações cambiais ativas.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros por atraso, variação cambial passiva e juros sobre os contratos de mútuos.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

A Empresa adota o regime de tributação pelo Lucro Real, e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto e a contribuição social corrente a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício consideram as taxas de imposto e contribuição vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas mencionadas e decorrem de receitas temporariamente não tributadas para efeito de imposto de renda e contribuição social e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

**k. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)**

A Empresa classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

**l. Novas normas, alterações e interpretações**

**a. Aplicáveis às demonstrações financeiras de 31.12.2017**

As normas internacionais de relatórios financeiros novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciados em ou após 01.01.2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período:

- Alterações à IAS 7 (CPC 03): Iniciativa de divulgação;

- Alterações à IAS 12 (CPC 32): Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar; e

- Melhorias anuais: Ciclo de IFRS 2014-2016.

**b. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas**

A partir do exercício iniciado em 01.01.2018, os pronunciamentos contábeis CPC 47 – Receita de contratos com clientes (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9) tornam-se efetivos. A Empresa não adotou essas normas nessas demonstrações financeiras e, portanto, não irá adotar tais normas de forma antecipada.

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes: estabelece princípios para o registro da receita provenientes de contratos com clientes e sua divulgação. Substituirá os pronunciamentos vigentes de reconhecimento de receita.

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros: introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, contabilidade de hedge e reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A partir de 01.01.2019 estará vigente a seguinte norma, a qual não foi adotada nessas demonstrações financeiras e não será adotada antecipadamente:

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil: introduz exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma estabelece o reconhecimento pelo arrendatário dos ativos e dos passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o seu prazo seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo se manter a classificação dos contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17 – norma internacional equivalente.

A Empresa está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém, não espera efeitos significativos em suas demonstrações financeiras com a adoção dos novos pronunciamentos, quando aplicáveis.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	12.662	8.660
Aplicações financeiras (i)	<u>17.025</u>	<u>24.756</u>
<b>Total</b>	<b><u>29.687</u></b>	<b><u>33.416</u></b>

- (i) Compreende aplicações financeiras de liquidez imediata que são conversíveis em um montante conhecido de caixa em até 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, apresentando a seguinte composição:

Instituição financeira	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Banco Santander S.A.	98,5% CDI	<u>17.025</u>	<u>24.756</u>
<b>Total</b>		<b><u>17.025</u></b>	<b><u>24.756</u></b>

As aplicações financeiras no Banco Santander S.A. correspondem a CDB's com compromisso de recompra e rendem, em média, 98,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

#### 5 Outras contas a receber

Refere-se à indenização contratual prevista na cláusula 7.1 do contrato de compra e venda das ações, que prevê a obrigação de indenização, no valor de R\$ 4.000, por utilização, pela ANEEL, de WACC inferior a WACC de referência. A Empresa notificou o vendedor em 12 de dezembro de 2016 e parcelou o montante em 12 meses, tendo recebido até 31 de dezembro de 2017 o valor de R\$ 2.667.

#### 6 Investimentos

##### **Aquisição de controle conjunto**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE").

## **Principais aspectos das controladas em conjunto**

### **TER**

A Transenergia Renovável S.A. (“TER”) foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Transenergia Renovável, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TER é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

### **TSP**

A Transenergia São Paulo S.A. (“TSP”) foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TSP é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo.

### **GOT**

A Goiás Transmissão S.A. (“GOT”) foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a GOT é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás.

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo circulante da GOT está excedendo o ativo circulante em R\$ 9.018, basicamente decorrente do saldo de dividendos a distribuir. A expectativa da administração é de que, parte desses dividendos sejam distribuídos no decorrer do exercício de 2018, podendo, assim, ser reestabelecido o Capital Circulante Líquido.

Em 09 de dezembro de 2016, a GOT apresentou requerimento de instauração de arbitragem, no montante de R\$ 23.062, visando à condenação do Consórcio Construtor Goiás ao pagamento das penalidades previstas no Contrato de Empreitada Global firmado entre as partes, bem como ao ressarcimento pelas penalidades e descontos regulatórios decorrentes do atraso na entrega do empreendimento e início da operação comercial do sistema de transmissão. O processo encontra-se em fase inicial e em 01 de dezembro de 2017 a GOT apresentou suas alegações iniciais.

Como evento subsequente, no dia 30 de janeiro de 2018, a GOT adquiriu R\$ 3.281 de crédito de ICMS junto à Empresa Anglo American, mediante o pagamento no importe total de R\$ 1.870, para a quitação dos valores considerados incontroversos provenientes dos Autos de Infração nº. 4011.60008.348-05 e nº. 4011.60008.142-86. Em consonância a Lei Estadual nº. 19.738/2017, os créditos foram apresentados à SEFAZ-GO no dia 31 de janeiro de 2018.

### **MGE**

A MGE Transmissão S.A. (“MGE”) foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio MGE atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a MGE é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A MGE está passando por processo de arbitragem instaurado pelo Consórcio Construtor MGE (CCM), no valor de R\$ 30.000, para a solução de controvérsia decorrente de relação contratual mantida entre as partes. A MGE apresentou pedido reconvenional, no montante de R\$ 18.892, requerendo ao Consórcio o pagamento de multa contratual por atraso na conclusão da obra, pagamentos de multas aplicadas pelo órgão regulador e por terceiros pelo atraso na entrega da obra e energização do empreendimento e ressarcimento dos custos assumidos pela MGE referentes a serviços e fornecimentos pendentes, de responsabilidade do CCM, que não foram executados. Até o momento nenhuma decisão foi proferida e o prognóstico de perda está classificado como possível, de acordo com os consultores jurídicos da Empresa.

### **IFRIC 12 (ICPC 01)**

A receita proveniente dos contratos de concessão das controladas em conjunto contemplam os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos ou a receber, na condição em que seja provável que ela resulte em receita e possa ser mensurada de forma confiável.

As controladas em conjunto reconhecem a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas receitas são:

- Receita de remuneração do ativo financeiro, representada pelos ajustes nos fluxos de caixas estimados futuros, descontados a valor presente pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF.
- Receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).

A taxa utilizada pelas controladas em conjuntos para descontar a valor presente o fluxo de caixa futuro é a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF, conforme quadro abaixo.

<b>Companhia</b>	<b>Taxa a.a.</b>
TER	3%
TSP	3,2%
GOT	3,5%
MGE	3,1%

**a. Participação em controladas em conjunto**

31/12/2017								Informações sobre o investimento da Controladora	
Informações sobre as controladas em conjunto								Equivalência Patrimonial	Investimentos
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício		
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	220.600	551.652	160.829	390.823	19.531	9.961	199.320
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	73.800	253.958	61.292	192.666	3.464	1.767	98.260
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	315.195	826.572	310.153	516.419	41.034	20.927	263.374
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	494.074	136.012	358.062	28.180	14.372	182.612
<b>Total</b>								<b>47.027</b>	<b>743.566</b>

31/12/2016								Informações sobre o investimento da Controladora	
Informações sobre as controladas em conjunto								Equivalência Patrimonial	Investimentos
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício		
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	220.600	557.133	181.202	375.931	40.409	21.915	191.725
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	73.800	258.035	68.010	190.025	5.582	2.847	96.913
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	315.195	798.256	310.515	487.741	(66.628)	(33.980)	248.748
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	477.615	139.631	337.984	(21.239)	(10.832)	172.372
<b>Total</b>								<b>(20.050)</b>	<b>709.758</b>

**b. Movimentação do investimento**

Controladas em conjunto	Saldo em 2016	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2017
Transenergia Renovável S.A.	191.725	(2.366)	9.961	199.320
Transenergia São Paulo S.A.	96.913	(420)	1.767	98.260
Goiás Transmissão S.A.	248.748	(6.301)	20.927	263.374
Mge Transmissão S.A.	172.372	(4.132)	14.372	182.612
<b>Total</b>	<b>709.758</b>	<b>(13.219)</b>	<b>47.027</b>	<b>743.566</b>

**c. Dividendos propostos a receber**

Controladas em conjunto	Saldo em 2016	Dividendos Propostos	Dividendos Recebidos	Saldo em 2017
Transenergia Renovável S.A.	11.394	2.366	(6.630)	7.130
Transenergia São Paulo S.A.	2.248	420	(1.785)	883
Goiás Transmissão S.A.	18.668	6.301	(2.040)	22.929
Mge Transmissão S.A.	6.814	4.132	(3.060)	7.886
<b>Total</b>	<b>39.124</b>	<b>13.219</b>	<b>(13.515)</b>	<b>38.828</b>

**7 Partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas coligadas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

**a. Transações com mútuos**

Mutuante	31/12/2017				31/12/2016			
	Passivo		Resultado		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial
Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P (i)	-	180.589	15.734	-	-	180.589	15.858	-
EEB Peru Holdings Ltd.(ii)	176.897	-	4.364	(3.402)	173.817	-	2.797	34.222
IRRF	(391)	(865)	-	-	(271)	(865)	-	-
<b>Total</b>	<b>176.506</b>	<b>179.724</b>	<b>20.098</b>	<b>(3.402)</b>	<b>173.546</b>	<b>179.724</b>	<b>18.655</b>	<b>34.222</b>

- (i) Atualização pela taxa de 9% a.a. com vencimento em parcela única em 19 de agosto de 2031.
- (ii) Atualizado pela taxa Libor 3M + 1,4% com vencimento em 19 de agosto de 2018.

**b. Remuneração dos administradores**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a remuneração dos administradores (pessoal-chave) totalizou R\$ 1.003 (498 em 2016), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	699	356
Encargos	253	128
Benefícios – Plano de saúde	51	14
<b>Total</b>	<b>1.003</b>	<b>498</b>

**8 Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi constituída provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e/ou divulgada, em face da inexistência de litígios em andamento, conforme opinião dos consultores jurídicos contratados pela Administração.

**9 Impostos diferidos**

Refere-se à provisão de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada de 34% sobre a parcela do deságio apurado na compra das investidas. Como a acionista controladora não possui a intenção de alienar esses investimentos os saldos foram revertidos no exercício de 2016, nos termos do item 39 do pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, uma vez a que Empresa é capaz de controlar a periodicidade da reversão de suas diferenças temporárias e a diferença temporária não se reverterá em futuro previsível.

**10 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Gebbras, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 190.200, dividido em 190.200.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas aos quotistas:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Nº de quotas	Valor	Nº de quotas	Valor
Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P	190.199.999	190.200	190.199.999	190.200
Eduardo Soares	-	-	1	-
Marcos Diez	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>190.200.000</b>	<b>190.200</b>	<b>190.200.000</b>	<b>190.200</b>

**b. Reserva de lucros**

A reserva de lucros está composta por reserva de retenção de lucros. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em ata de reunião dos sócios.

O contrato social indica que a Empresa é uma sociedade constituída sob a forma de responsabilidade limitada, não prevendo qualquer destinação obrigatória para os resultados anuais.

## 11 Resultado financeiro líquido

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Rendimento de aplicação financeira	1.009	1.507
Variação cambial ativa sobre aplicações	1.654	1.504
Variação cambial ativa sobre mútuos	18.915	63.292
Outras receitas financeiras	145	63.292
<b>Receitas financeiras</b>	<b>21.723</b>	<b>66.303</b>
Variação cambial passiva sobre mútuos	(21.383)	(29.070)
Variação cambial passiva sobre aplicações	(1.491)	(3.345)
Juros sobre mútuos	(20.098)	(18.655)
IOF	(47)	(24)
Despesas bancárias	(33)	(33)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(43.052)</b>	<b>(51.127)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(21.329)</b>	<b>15.176</b>

## 12 Despesas gerais e administrativas

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Remuneração dos administradores	(1.003)	(498)
Serviços de terceiros	(858)	(874)
Viagens e estadias	(141)	(24)
Aluguel de Imóveis	(116)	-
Outras despesas	(131)	(135)
<b>Total</b>	<b>(2.249)</b>	<b>(1.531)</b>

## 13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a. Classificação dos instrumentos financeiros

	<b>31/12/2017</b>	
	<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	29.687	29.687
Outras contas a receber	1.333	1.333
Dividendos propostos a receber	38.828	38.828
<b>Total</b>	<b>69.848</b>	<b>69.848</b>
	<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>Total</b>
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Fornecedores	11	1
Outras contas a pagar	8	8
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>19</b>

	31/12/2016	
	Empréstimos e recebíveis	Total
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	33.416	33.416
Outras contas a receber	4.000	4.000
Dividendos propostos a receber	39.124	39.124
<b>Total</b>	<b>76.540</b>	<b>76.540</b>
	Outros passivos financeiros	Total
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>		
Outras contas a pagar	6	6
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

**b. Gerenciamento de riscos**

A Empresa está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

***Risco de crédito***

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas em razão de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e a estratégia definidas pela Administração.

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetarem os ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

**(i) Riscos relacionados às taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para aquisição de capital de giro com suas partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações em moeda estrangeira e apresentou a seguinte exposição em 31 de dezembro de 2017:

	31/12/2017 (US\$)	31/12/2017 (R\$)
Recebíveis em Dólar	3.827	12.660
Obrigações em Dólar	(53.333)	(176.900)
<b>Exposição do Dólar</b>	<b>(49.506)</b>	<b>(164.240)</b>

(ii) *Riscos relacionados à taxa de juros*

Na Empresa, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (Libor).

**c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

As operações da Empresa são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI, do Libor e do Dólar.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (mútuos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros/câmbio foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2017, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Libor e Dólar, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas informadas no *site* do Banco Central e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou uma redução de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		7,00	5,25	3,50
Aplicações financeiras Remuneração estimada Efeitos no resultado		17.025	1.192	894 (298)	596 (596)
Dólar	Redução do dólar		3,31	2,48	1,66
Depósitos bancários Efeitos no resultado		12.660	12.660	9.495 (3.165)	6.330 (6.330)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Libor 3M (%)	Aumento da Libor		1,0523	1,3154	1,5785
Empréstimos a Libor Juros estimados Efeitos no resultado		176.506	178.363 (1.857)	178.527 (2.322) (465)	179.292 (2.786) (929)
Dólar	Aumento do dólar		3,31	4,14	4,97
Empréstimos e financiamentos Variação cambial estimada Efeitos no resultado		176.506	176.506	220.632 (44.126)	264.759 (88.253)

\* \* \*

Marcos Diez  
Representante Legal

Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S  
Leandro Borges Jordão  
Contador  
CRC GO-001605/O